

Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da
Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Concentração de crédito em único cliente

Conforme divulgado na Nota Explicativa 1 às demonstrações financeiras, parte substancial das receitas operacionais da Companhia é concentrada em único cliente, LightCom Comercializadora de Energia S.A., empresa para a qual a Companhia formalizou a venda da energia produzida no período de 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025. No ano de 2024 a Companhia firmou contrato de venda de energia, com a Esfera Comercializadora de Energia Ltda., que vigorará pelo prazo de 5 anos, a contar de 1º de janeiro de 2026. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações financeiras

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2026



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

58518



Diego Wailer da Silva
Contador
CRC nº 1 RS 074562/O-3

PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	145	27	Fornecedores	11	1.659	615
Títulos e valores mobiliários	6	3.643	4.319	Financiamentos	12	685	3.117
Concessionárias e permissionárias	7	2.086	2.263	Dividendos a pagar	13.d	2.221	2.882
Despesas antecipadas		525	250	Impostos e contribuições a recolher		114	156
Outros ativos	8	409	340	Imposto de renda e contribuição social	18	226	246
		<u>6.808</u>	<u>7.199</u>	Instrumentos financeiros	12.b	-	739
				Outros passivos		<u>521</u>	<u>334</u>
						<u>5.426</u>	<u>8.089</u>
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	9	49.126	51.298	Financiamentos	12	<u>563</u>	<u>1.237</u>
Intangível	10	7.003	7.273			563	1.237
Outros		7	-				
		<u>56.136</u>	<u>58.571</u>				
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13		
				Capital social		35.432	35.432
				Reserva legal		4.045	3.578
				Reserva de retenção de lucros		17.478	8.787
				Dividendos adicionais propostos		-	8.647
						<u>56.955</u>	<u>56.444</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>62.944</u>	<u>65.770</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>62.944</u>	<u>65.770</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS LÍQUIDAS	14	25.877	25.213
Custo sobre serviços prestados	15	(13.927)	(9.310)
LUCRO BRUTO		11.950	15.903
Despesas operacionais	16	(1.576)	(2.032)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		10.374	13.871
Receita Financeira		510	396
Despesa Financeira		(385)	(1.063)
RESULTADO FINANCEIRO	17	125	(667)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		10.499	13.204
Imposto de renda e contribuição social	18	(1.149)	(1.067)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.350	12.137
RESULTADO POR AÇÃO		0,55	0,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.350	12.137
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>9.350</u>	<u>12.137</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota Explicativa	Capital social	Reservas de Lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucro			
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	13	35.432	2.970	7.625	6.872	-	52.899
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	6.872	(6.872)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	12.137	12.137
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal		-	608	-	-	(608)	-
Dividendos mínimo obrigatório		-	-	-	-	(2.882)	(2.882)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	8.647	(8.647)	-
Pagamentos dos dividendos adicionais		-	-	(5.710)	-	-	(5.710)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	13	35.432	3.578	8.787	8.647	-	56.444
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.350	9.350
Destinação do lucro do exercício:							
Constituição de reserva legal	13.c	-	467	-	-	(467)	-
Dividendos mínimo obrigatório	13.d	-	-	-	-	(2.221)	(2.221)
Constituição de reserva de retenção de lucros	13.c	-	-	15.309	(8.647)	(6.662)	-
Pagamentos dos dividendos adicionais	13.c	-	-	(6.618)	-	-	(6.618)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	13	<u>35.432</u>	<u>4.045</u>	<u>17.478</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>56.955</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício		9.350	12.137
Ajuste por:			
Depreciação e amortização	9 e 10	2.714	2.524
Juros sobre financiamentos	12	357	911
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	9 e 10	232	125
Rendimento de aplicação em títulos e valores mobiliários	17	(510)	(396)
Marcação de mercado realizada	12.b	(739)	(710)
		11.404	14.591
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e permissionárias	7	177	(488)
Despesas antecipadas		(275)	(211)
Imposto de renda retido na fonte		-	81
Outros ativos		(76)	601
Fornecedores	11	1.044	263
Impostos e contribuições a recolher		985	957
Outros passivos		187	(193)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.047)	(867)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		12.399	14.734
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	9 e 10	(504)	(1.178)
Aplicação em títulos e valores mobiliários		(31.810)	(35.543)
Resgate em títulos e valores mobiliários		32.996	35.566
Caixa líquido gerado e aplicado nas atividades de investimentos		682	(1.155)
Pagamento de dividendos	13	(9.500)	(8.000)
Pagamento de juros de financiamento	12	(374)	(939)
Amortização de financiamentos	12	(3.089)	(4.813)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(12.963)	(13.752)
<u>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</u>		118	(173)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		27	200
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		145	27

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PEQUENA CENTRAL HIDROELÉTRICA RIO DO BRAÇO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. ("Companhia" ou "PCH Rio do Braço") está situada na zona rural do município de Rio Claro, RJ, e é uma Companhia anônima de capital fechado, constituída em 23 de agosto de 2007. A Companhia tem por objeto a implantação e exploração de pequenas centrais hidroelétricas e a geração e comercialização de energia elétrica por 30 anos. A partir de 2023 a Companhia incluiu no seu objeto social a operação de redes de telecomunicações e o fornecimento de serviços de telecomunicações, incluindo, mas não se limitando: (a) a cessão onerosa de meios de redes de telecomunicações; (b) tratamento de dados, apresentação, movimentação, recuperação e transmissão de informações; (c) alternativa de acesso local a serviços de dados, vídeo e auxiliares de voz; (d) a prestação de serviços de Tecnologia da Informação (TI), incluindo manutenção e operação de equipamentos; (e) acesso à internet; (f) a implantação, operação e locação de meios, equipamentos e sistemas, incluindo espaço físico e infraestrutura, para telecomunicações e atividades correlatas; e (g) a compra, a venda, a importação e a exportação de hardware, equipamentos, suprimentos e acessórios de informática em geral.

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), através do despacho nº 292, de 1º de fevereiro de 2008, aprovou o Projeto Básico da PCH Braço já com a titularidade da empresa para a PCH Rio do Braço.

A Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio da Resolução Autorizativa nº 1.748 de 6 de janeiro de 2009, a explorar a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço SA, pelo período de trinta anos para produção de energia. A Companhia levou dois anos para ser construída e entrou em operação em 1º de fevereiro de 2011, com 11.520 kW de potência instalada, localizada no rio do Braço, no Município de Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro.

Através do contrato nº 1155418 de 7 de dezembro de 2009 celebrado com a LightCom Comercializadora de Energia S.A anteriormente denominada Light ESCO - Prestação de Serviços Ltda. a Companhia formalizou a venda de toda a energia produzida no período 1º de fevereiro de 2011 a 31 de dezembro de 2025.

Em 3 de agosto de 2021 por meio da Resolução Homologatória nº 2919 a Companhia obteve a homologação do prazo de extensão da outorga da usina em 2.504 dias, a Companhia discutiu com a ANEEL a revisão do cálculo do término do prazo de autorização, visto que julgava ser superior. Em 10 de outubro de 2023 por meio da Resolução Homologatória nº 14.896 a Companhia obteve a revisão do cálculo do prazo de extensão da outorga da usina em 2.555 dias.

A Companhia foi beneficiada, nos termos da Lei 9.427/96 instituída pela ANEEL, art. 26 § 12, que possibilita o deslocamento do prazo, da seguinte forma: início da contagem do prazo de outorga (da data da publicação da autorização para a data de entrada em operação comercial da 1º UG), aplicável a usinas com prazo de outorga de 30 anos que não tenham sido penalizadas pela ANEEL por atraso no cronograma. A homologação, ocorreu em 14 de dezembro de 2021 através da Resolução Autorizativa nº 10.972. Logo, a Companhia passará a ter 37 anos de autorização, tendo a sua finalização em 31 de janeiro de 2048.

No ano de 2023 a Companhia firmou contrato com a MIning JV I LLC com o objetivo de prestação de serviços de processamentos de dados por conta e ordem e oferecimento da infraestrutura. Esse contrato foi iniciado em janeiro de 2024 pela ativação do serviço de processamento de dados e vigera pelo prazo de 5 anos.

Para viabilizar a prestação do serviço mencionado, firmamos o contrato de compra de energia com o Banco BTG Pactual S/A., contrato iniciado em janeiro de 2024, com vigência até dezembro de 2028, o que possibilitou a complementação da nossa infraestrutura, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais.

No ano de 2024 a Companhia firmou contrato de venda de energia com volume de 6,0 MWm, com a Esfera Comercializadora de Energia Ltda., que vigerá pelo prazo de 5 anos, a contar de 01 de janeiro de 2026.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia (“demonstrações financeiras”) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) em consonância com a lei das S.A. e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 06 de março de 2026.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados.

2.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias de níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota explicativa nº 4.3 de instrumentos financeiros.

2.4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

a) Perda (“Impairment”) estimada de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para um período equivalente à vida útil do ativo em análise e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento de receitas e despesas utilizada para fins de extrapolação.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia avaliou e não identificou nenhum indicativo de “Impairment”.

b) Provisões

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos implicando questões cíveis e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela assessoria jurídica externa com base em seus pareceres e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa nº 19.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo Valor Justo por meio do Resultado (VJR) acrescido, para um item que não é Valor Justo por meio do Resultado (VJR), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo separado.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Incluem-se nessa categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e ativos financeiros da Companhia compreendem contas a receber (concessionárias e permissionárias) e caixa e equivalentes de caixa.

Despesas com juros são reconhecidos no resultado.

A Companhia desconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas, canceladas ou expiram.

No desconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.2. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela disponibilidade e geração de energia produzida pela usina. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perda esperadas.

3.3. Imobilizado

a) Reconhecimento e Mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição e construção, que inclui: terreno, máquinas e equipamentos, custos financeiros e ambientais e custos gerais, totalizando custo de construção da usina hidroelétrica.

b) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo dos itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, baseado na vida útil estimado dos bens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Edifícios	25-37 anos
Máquinas e equipamentos	22-37 anos
Móveis e utensílios	05-37 anos
Equipamentos de informática	25-37 anos
Veículos	05-37 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. Cabe mencionar, que as vidas úteis do ativo imobilizado são de acordo com o prazo de autorização, caso sejam vinculados a autorização e os ativos vinculados a administração, como veículos, móveis e utensílios são de 5 anos.

Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3.4. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

3.5. Financiamentos

Os financiamentos tomados foram reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

3.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

3.7. Demais ativos e passivos

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos (encargos) auferidos (incorridos) até a data do balanço. Estão classificados no ativo e passivo não circulante, respectivamente, os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após doze meses.

3.8. Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e contribuição social do exercício corrente serão determinados mediante a aplicação do percentual das alíquotas de presunção de 8% e 12%, respectivamente, sobre a receita bruta auferida no período de apuração, visto que a Companhia é optante pelo lucro presumido. Posteriormente são aplicados a alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido sobre a base de presunção.

3.9. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada com base nas contraprestações especificadas nos contratos com os clientes (LightCom Comercializadora de Energia S/A e MIning JV I LLC). A Companhia reconhece as receitas quando realiza a prestação de serviço de geração de energia e serviço com infraestrutura, e tem como parâmetro de contabilização o regime de competência.

3.10. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral, conforme divulgado na nota explicativa nº 13d.

3.11. Novas normas e interpretações não efetivas

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor

Não ocorreram alterações e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis em vigor que resultassem em impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia em 2025.

b. Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor a partir de 2026

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
CPC 40/ IFRS 7	Divulgação de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 48/ IFRS 9	Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 51/ IFRS 18	Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa, que é feita com base nas orientações da Administração da Companhia. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2025.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações da Administração da Companhia e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

b) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

O excesso de caixa gerado pela Companhia é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Os vencimentos do financiamento, considerando os juros contratuais, estão demonstrados a seguir:

Vencimentos	Itaú
2026	685
2027	563
	1.248

c) Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. As dívidas estão sujeitas à variação de IPCA e CDI

d) Valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores e financiamentos.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão descritos a seguir:

(i) Caixa e equivalentes de caixa, outros ativos e fornecedores

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

(ii) Financiamentos

Estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. Os valores de mercado dos financiamentos são muito próximos dos valores contabilizados.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de Swap.

Foi mensurado pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações foram registradas no resultado.

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras Companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no nível de endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados. O nível de endividamento da Companhia é medido pelo montante total de dívida, de qualquer natureza, isto é, seu passivo circulante, acrescido do passivo não circulante e dividido por seu patrimônio líquido.

Os índices de endividamento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser assim sumariados:

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Montante total de dívida (passivo circulante acrescido de passivo não circulante)	5.989	9.326
Total do patrimônio líquido	<u>56.955</u>	<u>56.444</u>
Índice de alavancagem financeira	0,11	0,17

4.3. Instrumentos financeiros

	<u>31/12/2025</u>	
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos Financeiros Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	3.643	3.643
	<u>3.643</u>	<u>3.643</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	145	145
Contas a receber	2.086	2.086
	<u>2.231</u>	<u>2.231</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	Valor Contábil	Valor Justo
Fornecedores	1.659	1.659
Financiamentos	1.248	1.248
	<u>2.907</u>	<u>2.907</u>
	<u>31/12/2024</u>	
	Valor Contábil	Valor Justo
<u>Ativos Financeiros Mensurados pelo valor justo por meio do resultado</u>		
Títulos e valores mobiliários	4.319	4.319
	<u>4.319</u>	<u>4.319</u>
<u>Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	27	27
Contas a receber	2.263	2.263
	<u>2.290</u>	<u>2.290</u>
<u>Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado</u>	Valor Contábil	Valor Justo
Fornecedores	615	615
Financiamentos	4.354	4.354
	<u>4.969</u>	<u>4.969</u>

4.4. Avaliação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, tais como caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, registrados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado são classificados como nível 2. Para determinação do valor de mercado, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Não houve instrumentos financeiros alocados ao Nível 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

4.5. Análise de Sensibilidade

O quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, apresenta os riscos que podem gerar efeitos no resultado da Companhia, com cenário mais provável (cenário Atual) segundo avaliação efetuada pela Administração. São demonstrados dois outros cenários, a fim de apresentar 25% (para mais ou para menos) de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários I e II). A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	31/12/2025			
		Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	145	16	21	26
	Títulos e valores mobiliários	3.643	392	522	653
CDI %	Financiamentos	1.248	134	179	224
Premissas	Efeito das Contas sobre Resultado	31/12/2024			
		Saldo	Cenário I	Cenário Atual	Cenário II
CDI %	Caixa e equivalentes de caixa	27	2	3	4
	Títulos e valores mobiliários	4.319	353	470	588
CDI %	Financiamentos	4.354	356	474	593

5. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Caixa	5	3
Banco	140	24
	<u>145</u>	<u>27</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Circulante	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Aplicações Financeiras (a)	3.643	3.944
Fundos vinculados (b)	-	375
	<u>3.643</u>	<u>4.319</u>

(a) Refere-se a aplicação em títulos e valores mobiliários indexada pelo CDI e com liquidez imediata e está representado, por Certificados de Depósito Bancário - CDB e Títulos de Dívida - Debêntures, realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

(b) Os fundos vinculados referem-se a aplicações em títulos e valores mobiliários (indexados pelo CDI), requeridas em contrato de empréstimo com o Itaú, com a finalidade de garantia real.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

Os valores alocados em suprimento referem-se às contas a receber de energia gerada ao cliente LightCom Comercializadora de Energia S/A, já os valores destacados na conta de energia de curto prazo são contas a receber oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, advindos do saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Suprimento - LightCom Comercializadora de Energia S/A	2.021	1.916
Energia de Curto Prazo - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	65	347
	<u>2.086</u>	<u>2.263</u>

A Companhia não possui perda de crédito esperada pois não existem itens vencidos e nem histórico de inadimplência, além da liquidação ocorrer em até 30 dias.

8. OUTROS ATIVOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
MIning JV I LLC	195	219
Miba Industrial Bearings Brasil LTDA.	179	-
Hubbell do Brasil Ind. Com	14	-
Power & Light Engenharia	-	40
Alelo Instituição de Pagamento S.A.	14	14
Stancioli Uniformes EIRELI	-	8
Outros	7	59
	<u>409</u>	<u>340</u>

9. IMOBILIZADO

Em milhares de reais	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em								
31 de dezembro de 2023	3.072	42.593	17.615	19.868	343	292	2.952	86.735
Adições	-	-	189	57	69	-	863	1.178
Baixa	-	-	-	-	-	-	(125)	(125)
Transferência	-	-	1.552	1.170	76	-	(2.798)	-
Reclassificação	-	-	43	(43)	-	-	-	-
Saldo em								
31 de dezembro de 2024	3.072	42.593	19.399	21.052	488	292	892	87.788
Adições	-	-	-	42	93	283	86	504
Baixa	-	-	(2)	(3)	(7)	(185)	(70)	(265)
Transferência	-	-	-	10	17	-	(27)	-
Saldo em								
31 de dezembro de 2025	3.072	42.593	19.397	21.101	591	390	881	88.027

Depreciação acumulada

Em milhares de reais	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Outros	Total
Saldo em								
31 de dezembro 2023	-	18.221	7.400	8.474	123	27	-	34.245
Depreciação	-	947	575	675	23	25	-	2.245
Saldo em								
31 de dezembro 2024	-	19.168	7.975	9.149	146	52	-	36.490
Depreciação	-	1.015	652	719	31	(6)	-	2.409
Saldo em								
31 de dezembro 2025	-	20.183	8.627	9.868	177	46	-	38.901
Valor contábil líquido								
Em 31 de dezembro de 2023	3.072	24.372	10.215	11.394	220	265	2.952	52.490
Em 31 de dezembro de 2024	3.072	23.425	11.424	11.903	342	240	892	51.298
Em 31 de dezembro de 2025	3.072	22.410	10.771	11.233	415	344	881	49.126

10. INTANGÍVEL

Em milhares de reais	Servidões	Software	Direito de extensão outorga - GSF	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.236	165	6.757	20	8.178
Adições	-	-	-	-	-
Transferência	-	20	-	(20)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.236	185	6.757	-	8.178
Adições	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.236	185	6.757	-	8.178

Amortização acumulada	Direito de extensão				
	Em milhares de reais	Servidões	Software	outorga - GSF	Outros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	106	520	-	626
Amortização	-	22	257	-	279
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	128	777	-	905
Amortização	-	12	258	-	270
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-	140	1.035	-	1.175
Valor contábil líquido					
Em 31 de dezembro de 2023	1.236	59	6.237	20	7.552
Em 31 de dezembro de 2024	1.236	57	5.980	-	7.273
Em 31 de dezembro de 2025	1.236	45	5.722	-	7.003

A Resolução Autorizativa nº 1.748, de 6 de janeiro de 2009, que anuiu a Pequena Central Hidroelétrica Rio do Braço S.A. a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da PCH Rio do Braço, localizada no Município de Rio Claro, Estado do Rio de Janeiro, está regida sob as condições estabelecidas nos arts. 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, regulamentada pelo Decreto nº 2.003, de 10 de setembro de 1996.

A Resolução Autorizativa mencionada acima, em seu artigo 10, prevê que ao final do prazo da autorização, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos posteriores realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a autorizada restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

O Decreto 2003/96 da ANEEL, em relação as indenizações a que se referem as resoluções autorizativas, consideram no seu artigo 20 § 1º:

Art. 20. No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados.

§ 1º Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente.

a. Repactuação do risco hidrológico (“Generation Scaling Factor - GSF”)

Em 9 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por:

- I. Empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física.
- II. As restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes.

- III. Por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação será realizada mediante extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão:

- (i) Desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE.
- (ii) Renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE.
- (iii) Não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 3 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, incluindo todas as usinas da Companhia que se enquadram na repactuação, exceto Queimado e Irapé, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015 e não foram contempladas na ReH nº 2.919/2021. Os valores homologados estão em linha com as estimativas da Companhia, baseadas na ReH. Aneel nº 895/2020.

Em 10 de outubro de 2023 foi alterada pela Resolução Homologatória 14.896/2023 aumentando a extensão de 2504 para 2.555 dias.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2025</u>
Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.	490	93
Itaú Unibanco Comercializadora de Energia LTDA.	307	-
Pacífico Energia Comercializadora LTDA.	289	127
Banco BTG Pactual S.A. (*)	135	103
Eneva S.A.	119	-
Água e Solo Estudos e Projetos Ltda.	107	42
Light Serviços de Eletricidade S.A.	59	-
Power & Light Engenharia	-	80
Ambientare Soluções Ambientais LTDA.	-	45
Outros	153	125
	<u>1.659</u>	<u>615</u>
Fornecedores	1.524	512
Fornecedores Partes Relacionadas (*)	135	103

- (*) No ano de 2023 a Companhia firmou contrato com a Mining JV I LLC com o objetivo de prestação de serviços de processamentos de dados por conta e ordem e oferecimento da infraestrutura, e para viabilizar a prestação do serviço mencionado, a Companhia firmou o contrato de compra de energia com o Banco BTG Pactual S.A. O contrato iniciou em janeiro de 2024, com vigência até dezembro de 2028, o que possibilitou a complementação da infraestrutura, garantindo o cumprimento das obrigações contratuais.

12. FINANCIAMENTOS

Moeda Nacional	Taxa anual de juros a.a.	31/12/2025	31/12/2024
CCB	IPCA + 5,05%	-	2.429
CCB	CDI + 2,1%	1.248	1.925
Financiamento - principal e juros		1.248	4.354
Passivo circulante		685	3.117
Não circulante		563	1.237

O montante registrado em principal e juros tem a seguinte composição:

Empréstimo	31/12/2024	Aquisição		Amortização		31/12/2025
		Principal	Juros	Principal	Juros	
Financiamento Itaú CCB	1.925	-	245	675	247	1.248
Financiamento Itaú CCB	2.429	-	112	2.414	127	-
Total:	<u>4.354</u>	<u>-</u>	<u>357</u>	<u>3.089</u>	<u>374</u>	<u>1.248</u>

Empréstimo	31/12/2023	Aquisição		Amortização		31/12/2024
		Principal	Juros	Principal	Juros	
Financiamento Itaú CCB	2.605	-	281	675	286	1.925
Financiamento Itaú CCB	6.590	-	630	4.138	653	2.429
Total:	<u>9.195</u>	<u>-</u>	<u>911</u>	<u>4.813</u>	<u>939</u>	<u>4.354</u>

Vencimentos	Itaú
2027	<u>563</u>
	<u>563</u>

a) Em 30 de setembro de 2020, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$20.000 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições:

- Data de Entrada do Recurso: 30/09/2020
- Prazo: 58 parcelas, com pagamentos mensais sem carência, iniciando em 15/10/2020 e a última parcela em 15/07/2025.
- Taxa: IPCA + 5.05% a.a.

Garantias Concedidas

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

Alienação Fiduciária de Ações

“Covenants” financeiros

Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada anualmente a cumprir o seguinte índice:

O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período últimos 12 meses).

Cabe ressaltar, que os “covenants” financeiros e não financeiros foram cumpridos pela Companhia até a data de liquidação do financiamento.

O financiamento foi totalmente liquidado em 15 de julho de 2025, não existindo obrigações futuras relacionadas ao atendimento desses “covenants”.

- b) Em conjunto com a Cédula de Crédito Bancária (“CCB”), a Companhia contratou operação de swap de índices, junto ao Banco Itaú S.A. e/ou suas afiliadas, através de uma nota de negociação (“SWAP”), com início em 30 de setembro de 2020 e com as seguintes características:

- Valor Fixo: R\$20.000.
- Prazo e Fluxo: mesmo da CCB.
- Vencimento: 15/07/2025.
- Fator de correção CDI, porcentagem 100%.
- Taxa de juros exponencial - 3,70% a.a.

	31/12/2025	31/12/2024
Instrumentos financeiros	-	739

Em 15 de julho de 2025, a operação de swap foi integralmente liquidada, não havendo saldos a pagar ou a receber remanescentes.

- c) Em 10 de outubro de 2023, a Companhia assinou contrato de financiamento no valor de R\$2.700 junto ao Banco Itaú S/A, nas seguintes condições:

- Data de Entrada do Recurso: 10/10/2023.
- Prazo: 48 parcelas, com pagamentos mensais sem carência, iniciando em 13/11/2023 e a última parcela em 11/10/2027.
- Taxa: CDI + 2.10% a.a.

Garantias Concedidas

Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios

“Covenants” financeiros

Devido a esse financiamento, a Companhia fica obrigada anualmente a cumprir o seguinte índice:

O índice de cobertura do serviço da dívida de no mínimo 1,20, calculado com base no EBITDA dividido pelo serviço da dívida (despesa financeira somada às parcelas de principal das dívidas referentes ao mesmo período últimos 12 meses).

Cabe ressaltar, que os “covenants” financeiros e não financeiros são cumpridos pela Companhia.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é de R\$35.432, representado por 17.096.592 em ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Participação %</u>
BTG Pactual Infraestrutura Dividendos Fundo de Invest. Particip. Infraestrutura	17.096.592	100

b) Destinação do resultado

O resultado do exercício, após os ajustes previstos em lei, incluindo a dedução de prejuízos acumulados, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até o limite máximo estabelecido pela legislação societária.
- 25% serão distribuídos como dividendo obrigatório.

O saldo remanescente terá a destinação para dividendos adicionais propostos até a deliberação dada pela Assembleia Geral.

c) Reserva de lucros

A reserva de lucros é composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados de exercícios anteriores, a fim atender às limitações do orçamento de caixa da Companhia a ser aprovada em Conselho da Administração.

A destinação concernente a reserva legal em 2025 foi no valor de R\$469 e no ano de 2024 foi no valor R\$608.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	9.350	12.137
Reserva legal (5%)	<u>(467)</u>	<u>(608)</u>
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>8.883</u>	<u>11.529</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	2.221	2.882
Dividendos adicionais propostos	-	8.647
Constituição de reserva de retenção de lucros	6.662	-

No exercício de 2025, ocorreram as seguintes deliberações para distribuição de dividendos:

- Reunião do Conselho de Administração de 22 de janeiro de 2025, aprovando a distribuição de dividendos da conta de retenção de lucros, no valor de R\$2.500, liquidado em 24 de janeiro de 2025.
- Reunião do Conselho de Administração de 17 de julho de 2025, aprovando a distribuição de dividendos da conta de reserva de retenção de lucros, no valor de R\$1.118, liquidado em 28 de julho de 2025.

- Reunião do Conselho de Administração de 21 de outubro de 2025, aprovando a distribuição de dividendos da conta de reserva de retenção de lucros, no valor de R\$3.000, liquidado em 27 de outubro de 2025.

No exercício de 2025, foi constituída reserva de retenção de lucros de R\$6.662. Em Assembleia Geral Ordinária de 18 de março de 2025, foi aprovada a destinação de R\$8.647 do resultado do exercício de 2024 para reserva de retenção de lucros.

d) Dividendos mínimos obrigatórios

No exercício de 2025 e 2024, foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no montante de R\$2.220 e R\$2.882, na devida ordem.

No exercício de 2025, ocorreram as seguintes deliberações para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios:

- Reunião da Assembleia Geral Ordinária de 10 de abril de 2025, aprovando a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$2.882, liquidado R\$2.500 em 25 de abril de 2025 e R\$382 em 28 de julho de 2025

14. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fornecimento de energia	23.485	22.403
Mercado de curto prazo (a)	1.237	1.470
Prestação de serviço e infraestrutura (b)	2.164	2.285
Imposto sobre serviços	(1.009)	(945)
	<u>25.877</u>	<u>25.213</u>

a) Receitas oriundas de operações no Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica - MCP, originadas pelo saldo positivo do balanço energético da Companhia, contabilizadas e liquidadas pela CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

b) Receitas oriundas de prestação de serviço de processamentos de dados por conta e ordem e oferecimento da infraestrutura com a Mining JV I LLC.

15. CUSTO SOBRE OS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(1.159)	(1.072)
Material	(333)	(337)
Serviços de terceiros	(2.799)	(2.247)
Depreciação	(2.614)	(2.457)
Aluguéis	(78)	(162)
Seguros	(222)	(193)
Impostos e taxas	(10)	(7)
Compra de energia elétrica (a)	(6.712)	(2.835)
	<u>(13.927)</u>	<u>(9.310)</u>

(a) Em 2025, o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) apresentou maior volatilidade e patamar médio superior quando comparado a exercícios anteriores com condições hidrológicas favoráveis. Tal comportamento esteve relacionado, principalmente, ao cenário de aflúncias abaixo da média histórica e à recuperação insuficiente dos níveis de armazenamento dos reservatórios ao longo do período.

A restrição hídrica reduziu a disponibilidade de geração hidrelétrica, fonte de menor custo do Sistema Interligado Nacional (SIN), demandando maior despacho de usinas termelétricas, cujo custo variável de operação é mais elevado.

Esse contexto resultou no aumento do Custo Marginal de Operação (CMO), impactando diretamente a formação do PLD e refletindo-se em preços mais elevados no mercado de curto prazo ao longo do exercício.

16. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(686)	(1.142)
Material	(47)	(61)
Serviços de terceiros	(662)	(744)
Depreciação	(101)	(68)
Seguros	(18)	(7)
Aluguéis	(36)	(2)
Impostos e taxas	(9)	(8)
Outras despesas operacionais	(17)	-
	<u>(1.576)</u>	<u>(2.032)</u>

17. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros financiamento	(356)	(911)
Tarifas bancárias	(2)	(8)
Despesa com derivativos	(25)	(141)
Outras	(2)	(3)
	<u>(385)</u>	<u>(1.063)</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Rendimento de aplicações	510	396
	<u>510</u>	<u>396</u>
Resultado Financeiro	<u>125</u>	<u>(667)</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia vem adotando o regime de tributação lucro presumido desde o exercício de 2011.

	31/12/2025		31/12/2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita de geração auferida no exercício	25.073	25.073	23.406	23.406
Receita de prestação de serviço auferida no exercício	2.088	2.088	2.165	2.165
	<u>27.161</u>	<u>27.161</u>	<u>25.571</u>	<u>25.571</u>
Percentual de Presunção do imposto de renda (8%) e da contribuição social - (12 %) - Geração	8%	12%	8%	12%
Percentual de Presunção do imposto de renda e da contribuição social - (32 %) - Prestação de Serviço	32%	32%	32%	32%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	2.006	3.009	1.872	2.809
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	668	668	693	693
Rendimento de aplicação financeira	510	510	396	396
Base para cálculo do imposto de renda e contribuição social	<u>3.184</u>	<u>4.187</u>	<u>2.961</u>	<u>3.898</u>
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	772	377	716	351
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	<u>3%</u>	<u>1%</u>	<u>3%</u>	<u>1%</u>

19. CONTINGÊNCIAS

A Administração, de acordo com o CPC 25, adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

I - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco provável

II - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco possível

III - Para as causas cujo desfecho negativo para a Empresa seja considerado como de risco remoto

São constituídas provisões.

As informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas.

Somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações, que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações contábeis.

A Companhia não possui contingências em 31 de dezembro de 2025 e 2024 com risco de perda provável, de acordo com seus advogados externos.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possuía as seguintes causas possíveis:

- A Companhia é parte de um Processo Administrativo / Notificação por parte da SPU - Secretaria de Patrimônio da União, onde é alegado que as margens do Rio do Braço seriam de propriedade da União, e que, portanto, é devida a União uma remuneração pelo uso dessas áreas. A Companhia entende que a aplicação desse conceito só é válida para rios navegáveis, o que certamente o Rio do Braço não é. Foi apresentada defesa tempestiva e posteriormente foram enviados esclarecimentos adicionais sobre o tema. Os consultores jurídicos da Companhia entendem que não é devida nenhuma remuneração pois o rio do Braço não é navegável, e não se enquadra no Decreto-lei n.º 9.760/46, art. 4º. Nesse sentido, foi apresentada a defesa no referido processo e, portanto, não há valor envolvido.
- A Companhia é parte de um Processo Cível Indenizatório, citada em outubro de 2024, onde autor solicita resolução de contrato com pagamento de indenização no valor total de R\$350 e honorários de sucumbência.

20. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura de seguros era composta de:

<u>Risco</u>	<u>Apólice</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Riscos Operacionais	046692026100101960001685	30/12/2025 a 30/06/2027	104.578
Responsabilidade Civil	16.51.0044933.12	25/10/2024 a 25/04/2026	60.000
Veículos	36973054	04/11/2025 a 15/04/2027	100% Fipe
D&O	1109196676	04/10/2024 a 04/04/2026	12.000

Marcelo Pedreira de Oliveira
Diretor Presidente

Gliciera dos Santos Lima Alcantara
Contadora
CRC 116761/O-0